



Centrais de Penas Alternativas devem ser criadas até o fim de março

O Poder Judiciário de Santa Catarina, em parceria com o Poder Executivo do Estado, pretende instalar a Central de Penas Alternativas (CPA), com unidades em Florianópolis e São José, para auxiliar na fiscalização das penas restritivas conferidas a alguns detentos, função atualmente exercida pela Vara de Execuções Penais da Grande Florianópolis.

Os condenados serão encaminhados para a equipe multidisciplinar da unidade, que irá acompanhar o detento na respectiva evolução penal.

As centrais, que devem ser instaladas até o final do mês de março e que irão oferecer atenção exclusiva à situação dos detentos, estão alinhadas às diretrizes traçadas pelo Conselho Nacional de

Justiça que, em 2010, tem como meta priorizar a questão do preso e da família. Um deles é o programa Começar de Novo, lançado em 2009, que busca sensibilizar a sociedade e os órgãos públicos para a reinserção social dos presos.

O coordenador do Projeto de Revitalização da Execução Penal da Corregedoria-Geral da Justiça, juiz-corregedor Júlio César de Melo, adianta que, além da CPA, o Judiciário pretende criar a Vara de Penas e Medidas Alternativas.

Detentos em horário de trabalho no Presídio de Tijucas



Egressos de SC recebem atenção exclusiva no 1º Grau

Com o objetivo de fomentar e fiscalizar projetos para a reinserção social dos presos e egressos dos sistemas carcerário e da Infância e da Juventude, será criada a Coordenadoria para Execução Penal e Infância e Juventude, a ser aprovada pelo Tribunal Pleno.

Vinculada ao gabinete da presidência do TJ, quando aprovada, será coordenada pelo juiz corregedor Júlio César de Melo e secretariada pelo servidor Antônio Julião da Silva. Ela englobará dois grupos operacionais: um para os assuntos ligados à Infância e Juventude e outro para as matérias da Execução Penal.

Cada grupo terá seis participantes, distribuídos para atuar em diferentes regiões do Estado: Sul, Norte, Serrano, Oeste, Vale e Grande Florianópolis. A Vara de Penas e Medidas Alternativas e o Mutirão Carcerário estão nos planos da nova coordenadoria

"Há um grande questionamento público a respeito de quem deve fiscalizar o preso: o Executivo ou o Judiciário. Por isso, essa Central vem para unir forças e distribuir a ambos essa função" - juiz-corregedor Júlio César de Melo



Espaço destinado para tomar sol no Presídio de Joinville

Auditoria recupera 1,5 milhão para Justiça catarinense

A Auditoria Interna do TJ, em 2009, com a fiscalização realizada em 204 cartórios extrajudiciais em todo o Estado, pretende recuperar R\$ 1,5 milhão aos cofres do Fundo de Reaparelhamento da Justiça. Para 2010, o cronograma de fiscalizações já começou.

Quanto à arrecadação dos valores, quase 95% dos cartórios preferem negociá-los com o TJ para evitar a inscrição em dívida ativa.

A auditoria é realizada nos seguintes itens: requisição do selo de fiscalização; recolhimentos e destino dos valores referentes à habilitação de casamento; elaboração de relatórios das auditorias realizadas; ofícios de notificações; recursos apresentados pelos serventuários e processos referentes à quitação de valores.

Órgão Especial deve ser criado ainda no primeiro semestre

O presidente do TJ, desembargador José Trindade dos Santos, confirmou a criação do Órgão Especial para o primeiro semestre de 2010. O Órgão passará a apreciar pautas judiciais de atual competência do Tribunal Pleno, com o objetivo de agilizar o julgamento processual e será formado pelos 13 desembargadores mais antigos e outros 12, que serão eleitos por seus pares.

Além de evitar que os magistrados paralitem seus trabalhos no gabinete para participar do Pleno, a alteração deverá reduzir pela metade a duração dos debates, visto que cada desembargador tem direito a duas intervenções.

O Tribunal de Justiça já contou com um Órgão Especial entre os anos de 1989 e 2003. Ele analisava tanto matérias de cunho jurisdicional quanto assuntos administrativos. Era composto, ini-



cialmente, pelos 15 desembargadores mais antigos da Corte. Na sequência, quando o TJ ampliou seu quadro para 40 desembargadores, os 19 mais antigos compuseram o Órgão Especial, que acabou extinto em 18 de junho de 2003.



Cartório Remoto e Processo Eletrônico: agilidade para o PJ

O Cartório Remoto do Processo Eletrônico (CREPE) já é uma realidade no TJ. Instalado na Capital, atenderá as execuções fiscais estaduais e municipais em tramitação pelo meio eletrônico (E-Processo) nas 111 comarcas do Estado. Desenvolvido pelo CGInfo (Conselho Gestor de Tecnologia da Informação) o CREPE supre problemas detectados no sistema de automação SAJ 3.2, até a migração para a nova configuração (SAJ-5), em fase inicial de implantação.

Para isso, um grupo será treinado para atender "online" as unidades que atuam com o processo eletrônico. O Cartório Remoto atuará a distância e as unidades locais irão realizar o atendimento, a distribuição e a contadoria. A previsão do juiz João Alexandre Dobrowolski, do CGInfo, é de capacitar oito mil operadores até a implementação integral do projeto.



Des. Jorge Schaefer apresenta avanços do CGInfo para juizes do RN

Núcleo de Conciliação organiza primeiro mutirão do ano para março

O Núcleo de Conciliação do TJ volta às atividades com um mutirão de conciliação a ser realizado nos dias 25 e 26 de março na sede do Núcleo, no hall superior da Torre I do TJ. O desembargador Marcus Túlio Sartorato, presidente do Núcleo, reuniu-se com o corpo jurídico de uma grande instituição financeira para o planejamento.

Estarão na pauta 60 processos de crédito imobiliário na Grande Florianópolis, os quais o banco acredita ser possível obter acordos vantajosos para todas as partes.

Após contatar os relatores das ações, o Núcleo intima as partes e seus procuradores.

O magistrado adiantou que, para 2010, novas sessões itinerantes serão realizadas no interior do Estado.



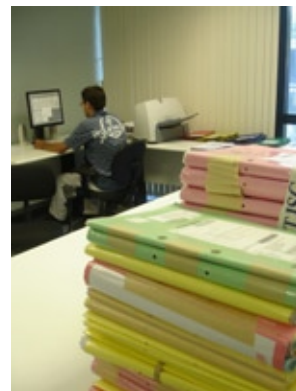
Sessão de conciliação em Tubarão, em novembro de 2008

Digitalização de acórdãos reduz gastos do TJ em R\$ 100 mil

Em 2009, a digitalização de 79.718 acórdãos, no total de 664.774 páginas, reduziu em R\$ 100 mil os gastos do Tribunal de Justiça com fotocópias, tintas e funcionários.

O trabalho, realizado pela Seção de Publicação da Diretoria de Documentação e Informações, por meio de dois scanners, elimina a necessidade de manter cópia física do acórdão no TJ e agiliza tanto a publicação como o atendimento de solicitação de cópias.

"Quando uma pessoa de outra cidade solicitava, fazíamos fotocópias e mandávamos por sedex. Hoje, enviamos via e-mail, sem custos e no mesmo instante, detalha Adelson Brüggemann, chefe da Seção de Publicação.



Digitalização facilitou o fluxo de processos entre setores

Perfil: Cristiane Batista Tatavitto



Paulistana, Cristiane veio para Florianópolis em 1988, para estudar Engenharia Civil na UFSC. Em 2002, aprovada em concurso público, começou a

trabalhar no TJ, na Divisão de Engenharia Civil, onde fiscaliza obras do PJ.

Nas horas vagas tem como hobby preferido a leitura. Mas, desde novembro de 2007, outra atividade ganhou espaço em sua rotina longe do trabalho: o modelismo de figuras, que consiste na pintura de figuras históricas e de fantasias.

As peças, importadas, são compradas pela internet, pois não há lojas no Brasil.

Feitas de metal branco ou resina, as miniaturas ganham vida com as pinturas da engenheira, que usa uma lupa para não deixar passar nenhum detalhe. "Fico horas fazendo isso. É minha terapia!", diz, animada.

Cristiane tem contato com figureiros de todo o mundo por meio de fóruns na internet, espaço onde trocam ideias sobre técnicas de pintura.

Muito antes de descobrir essa modalidade, ela já montava e pintava figuras de plástico (plastimodelismo). Tudo começou aos 13 anos, quando seu pai chegou em casa com peças de avião para montar um protótipo.

Com aviões, tanques e helicópteros

Personagens de época ou da imaginação em réplicas perfeitas



ros da 2ª Guerra Mundial e Período Moderno, foi premiada diversas vezes em exposições e concursos.